AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2021

FOB/DEFM/BL/FS/JCO/LCSM 0058/22

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias



Fax: + 55 61 3322 5270

Setor de Autarquia Sul SAUS, Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Conselheiros e Administradores da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF ("Companhia" ou "ABGF"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e para o períodos de nove meses findos nessa data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) / CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information perfomed by the independente auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobres as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com a NBC TG 21 (R4) / CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Brasília, 17 de novembro de 2021.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 DF 002567/F

Fabiano de Oliveira Barbosa Contador CRC 1 DF 015827/0-3



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	30/09/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		312.204.221	306.745.324
Disponível Caixa e Bancos Equivalentes de Caixa - Investimentos	5	300.718.338 3.422 300.714.916	296.486.565 4.163 296.482.402
Títulos e Créditos a Receber Títulos e Créditos a Receber Tributos a Recuperar/Compensar Outros Créditos	6 7	11.186.591 2.443.708 8.489.408 253.475	10.124.160 1.369.807 8.754.353
Outros Valores e Bens Outros Valores	8	31.622 31.622	34.853 34.853
Despesas Antecipadas	9	267.670	99.746
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.175.888	1.575.544
Investimentos Investimentos em cotas de fundos garantidores	10	77.346 77.346	75.698 75.698
Imobilizado Bens Móveis Outras Imobilizações	11.1	1.026.592 549.694 476.898	1.403.558 750.863 652.695
Intangível Outros Intangíveis	11.2	71.950 71.950	96.288 96.288
TOTAL DO ATIVO		313.380.109	308.320.868
PASSIVO CIRCULANTE		5.193.286	6.907.298
Contas a Pagar Obrigações a Pagar Impostos e Encargos Sociais a Recolher Encargos Trabalhistas Impostos e Contribuições	12 13 14 15	5.193.286 226.341 793.150 1.409.571 2.764.224	6.907.298 5.299.849 430.571 1.059.304 117.574
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		297.975	115.862
CONTAS A PAGAR Tributos Diferidos Passivos Contingentes	15 24	297.975 8.887 289.088	115.862 8.326 107.536
PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social Reserva Legal Reserva Estatutária Lucros Acumulados Outros Resultados Abrangentes	16.c	307.888.848 237.370.917 4.943.757 58.966.871 6.590.052 17.251	301.297.708 237.370.917 4.943.757 58.966.871 - 16.163
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		313.380.109	308.320.868



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Acumulado até		Trimestre findo em	
	NE	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES Receitas de Prestação de Serviços (-) Deduções de Receita de Serviços	17	13.280.241 15.487.161 (2.206.920)	11.406.774 13.299.660 (1.892.886)	4.535.980 5.289.773 (753.793)	4.016.697 4.681.494 (664.797)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM FUNDOS GARANTIDORES Outros Custos Administrativos Pessoal	18	(8.521.936) (1.298.696) (7.223.240)	(9.715.673) (1.671.579) (8.044.094)	(3.062.375) (632.490) (2.429.885)	(2.951.134) (335.057) (2.616.077)
(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES		4.758.305	1.691.101	1.473.605	1.065.563
(=) RECEITAS DE SERVIÇOS COM FUNDOS E PRÊMIOS GANHOS		4.758.305	1.691.101	1.473.605	1.065.563
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS Despesas Administrativas Despesas com Pessoal	19 20	(2.390.287) (635.012) (1.755.275)	(1.807.794) (326.966) (1.480.828)	(466.171) 49.481 (515.652)	(729.364) (323.807) (405.557)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	22	(404.631)	(525.108)	(201.034)	(141.532)
(=) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO RECEITAS FINANCEIRAS DESPESAS FINANCEIRAS	23	7.197.611 7.245,742 (48.131)	6.548.418 6.691.165 (142.747)	3.543.173 3.543.842 (669)	1.444.308 1.445.381 (1.073)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		9.160.998	5.906.617	4.349.573	1.638.975
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES		9.160.998	5.906.617	4.349.573	1.638.975
(-) IMPOSTO DE RENDA		(1.870.366)	(1.234.187)	(888.036)	(342.463)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(700.580)	(461.248)	(332.630)	(127.988)
(=) LUCRO LÍQUIDO		6.590.052	4.211.182	3.128.907	1.168.524
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		50.000	50.000	50.000	50.000
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		131,8	84,2	62,6	23,4



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

		Acumula	Acumulado até		indo em
	NE	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Lucro Líquido do Período Outros resultados abrangentes Ajuste de Avaliação Patrimonial		6.590.052	4.211.182	3.128.907	1.168.524
Cotas de Fundos Garantidores	16.d	1.088	1.959	552	575
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍ	ODO	6.591.140	4.213.141	3.129.459	1.169.099



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	NE	Capital Social	Rese	ervas Estatutária	Resultados Abrangentes	Resultado Acumulado	Total
Saldo final em 31/12/2019		237.370.917	4.568.647	67.148.670	12.638	-	309.100.872
Lucro Líquido do Período Reversão de Reserva Estatutária ao Lucro		-				4.211.182 8.079.526	4.211.182 8.079.526
Destinação do Lucro Líquido do Exercício							
Rev. de Reserva Estatutária, atribuído à Reserva Legal Dividendos de Reservas Revertidas ao Lucro Constituição/(Reversão) de Reserva Estatutária		- -	102.273 - -	(102.273) - (8.079.526)	- - -	(8.079.526)	(8.079.526) (8.079.526)
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes	16-d	-	-	-	1.959	-	1.959
Saldo Final em 30/09/2020		237.370.917	4.670.920	58.966.871	14.597	4.211.182	305.234.487
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	1.245.560	1.245.560
Destinação do Lucro Líquido do Exercício							
Constituição de Reserva Legal Juros sobre o Capital Próprio Pagamento de Dividendos Excedente ao Mínimo		- -	272.837 - -	- - -	- - -	(272.837) (3.887.929) (1.295.976)	(3.887.929) (1.295.976)
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	1.566	-	1.566
Saldo Final em 31/12/2020		237.370.917	4.943.757	58.966.871	16.163		301.297.708
Lucro Líquido do Período	16.b	-	-	-	-	6.590.052	6.590.052
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes	16.d	-	-	-	1.088	-	1.088
Saldo Final em 30/09/2021		237.370.917	4.943.757	58.966.871	17.251	6.590.052	307.888.848



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)

	NE	30/09/2021	30/09/2020
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais Lucro do Período Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais:	16.b	6.590.052	4.211.182
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos Depreciação/Amortização/Ajuste ao Valor Recuperável Resultado ajustado		47.433 405.059 7.042.544	131.910 477.710 4.820.802
•		7.042.044	4.020.002
Variações nos Ativos Redução de clientes Aumento (Redução) de tributos a Recuperar Redução de outros Créditos		(1.073.901) 264.945 (418.168)	(486.219) (1.801.481) (392.806)
Variações nos Passivos Aumento (Redução) de Obrigações a Pagar Aumento (Redução) de Impostos e Encargos Sociais a Recolher Aumento de Encargos Trabalhistas Aumento de Impostos e Contribuições Aumento de Passivos Contingentes		110.399 362.579 350.267 2.646.650 181.552	(118.215) (69.271) 642.427 1.665.557
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		9.466.866	4.260.794
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos Aquisição de imobilizado e intangível		(3.755)	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(3.755)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos Dividendos/JCP pagos no exercício		(5.231.338)	(10.256.886)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(5.231.338)	(10.256.886)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		4.231.773	(5.996.092)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		296.486.565 300.718.338	299.857.797 293.861.705
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		4.231.773	(5.996.092)



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma companhia fechada de direito privado, pública, que atua na forma do art. 38 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, na administração, gestão e representação de fundos garantidores, que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito em operações de crédito à exportação.

A ABGF presta serviços no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação - SCE, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE, na forma do nono termo aditivo do contrato de prestação de serviços celebrado em junho/2021, pela: (i) manutenção em sistemas de informação desenvolvidos; (ii) análise de riscos das operações de crédito à exportação, com garantia de cobertura da União, por intermédio do SCE; (iii) compliance das operações de crédito à exportação, tanto em bases cadastrais quanto na aplicação da legislação vigente; (iv) prestação de informações diversas à União bem como assessoramento na gestão da recuperação de créditos.

No cumprimento de seu objeto, atua na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), promovendo o desenvolvimento por meio de garantias do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em projetos de Parcerias Público-Privadas Municipal, Estadual e Federal e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

De se registrar que em 25/06/2021 foi formalizado a prorrogação até 31 de dezembro de 2021 do contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) junto à União, representada pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME).

1.1. Continuidade Operacional

A ABGF, apesar de ter sido incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, e aguardar definições da União quanto ao modelo de desestatização que será adotado, vem mantendo suas atividades operacionais em pleno funcionamento para atender tanto ao contrato de prestação de serviços com a SE-CAMEX/ME, relacionados ao SCE/FGE, bem como quanto a gestão dos fundos FGIE e FESR.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

As demonstrações contábeis da ABGF foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis.



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Atendem, ainda, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação citada no parágrafo anterior e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas Demonstrações Contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 16 de novembro de 2021.

2.1. Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional, a Administração considera qual a moeda influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

3. Práticas Contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.3. Imobilizado e Intangível

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação ou amortização e da perda decorrente da redução do valor recuperável (impairment), se houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil ou benefício esperado estimado.

3.4. Contas a Pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente e obedecido o regime de competência.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.6. Outros Ativos/Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.7. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

A ABGF está sujeita à tributação com base no Lucro Real Anual. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro real tributável anual excedente a R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais), e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a respectiva base de cálculo.

A apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é realizada mensalmente utilizando-se base de cálculo estimada e o ajuste anual é feito em 31 de dezembro, para determinação do lucro real e respectivos tributos diretos efetivos (Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996).

Na ocorrência de resultado tributável, os valores retidos por nossos clientes são compensados até o limite do saldo retido de cada tributo isoladamente e, o que exceder, é compensado com créditos tributários de uma mesma autoridade tributária em exercícios subsequentes.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Os itens 71 a 76 da NBC TG 32 (R4) tratam da compensação de saldos entre ativos e passivos fiscais, para fins de apresentação no Balanço Patrimonial da Companhia. Devem ser compensados os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes quando existir o direito legal de compensação e houver a pretensão da empresa em liquidar os saldos simultaneamente.

3.8. Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade e é apresentada líquida de cancelamentos.

3.9. Ativos e Passivos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, na forma da NBC TG 48 do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros sofreram modificações relevantes.

Ativos Financeiros

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos, o fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja mantê-los com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Ao invés de mensurar os investimentos ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável para investimentos específicos em instrumento patrimonial e mensurá-los ao valor justo apropriado em outros resultados abrangentes.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado e nossos contratos de garantia financeira, quando vierem a ser contratados, serão mensurados pelo maior valor entre o valor da provisão para perdas e o valor inicialmente reconhecido, deduzido do valor da receita com os prêmios recebidos antecipadamente.

3.10. Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores

A ABGF aplicou, por analogia e de forma antecipada, a norma relativa a instrumentos financeiros (NBC TG 48) para mensuração e contabilização dos instrumentos patrimoniais relativos à sua participação como cotista de fundos garantidores. Com base em estudos, concluiu-se que esses investimentos da ABGF em cotas de fundos garantidores devam ser mensurados pelo valor patrimonial (equivalente ao valor justo) por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios para gestão desses ativos determina que a ABGF tenha como objetivo a manutenção das cotas de fundos garantidores com a principal finalidade de lastro para prestação de garantias indiretas, recebendo seus fluxos de caixa somente em caso de resgate de cotas, quando não comprometidas com garantias.

As variações dos valores das cotas são registradas em outros resultados abrangentes, líquidas dos efeitos tributários.

3.11. Remuneração de Capital

A política da ABGF consiste em pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos equivalentes a 25% sobre o lucro líquido ajustado, em base anual. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do Patrimônio Líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

A partir da qualificação da Companhia no Programa Nacional de Desestatização, desde 2019, está sendo distribuída a totalidade dos resultados obtidos em cada exercício.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.



Valores expressos em Reais, exceto guando indicado

5. Caixa e equivalentes de caixa

		30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Caixa e Bancos Aplicações Financeiras	(i) (ii) _	3.422 300.714.916	4.163 296.482.402	-17,8% 1,4%
	_	300.718.338	296.486.565	1,4%

- O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (suprimento de fundos), de acordo com norma interna da ABGF e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no BB PARANOÁ Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo. Esse Fundo tem liquidez imediata, não necessitando de agendamento para realizar resgates.

A seguir, demonstrativo da composição e diversificação da carteira do BB PARANOA FIC FI CURTO PRAZO com posição em 30/09/2021.

(valor em milhares de reais)

Aplicações – especificação	Quantidade	Mercado / realização
Cotas de fundo de investimento:		
BB Top Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	19.536.643	300.725
Total do Ativo		300.725
Valores a Pagar		10
Patrimônio Líquido		300.715
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		300.725

6. Títulos e Créditos a Receber

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), e por outorga legal ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

Os clientes a seguir são classificados como Partes Relacionadas.

		30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Partes Relacionadas:				
SE-CAMEX/ME (FGE)	(i)	1.948.323	866.208	124,9%
FESR	(ii)	427.524	316.708	35,0%
FGIE	(iii)	67.861	186.891	-63,7%
		2.443.708	1.369.807	78,4%

 ⁽i) Valor a receber da SE-CAMEX/ME, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE no mês de encerramento do período reportado e do mês anterior;



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (ii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural do mês de encerramento dos respectivos períodos. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017;
- (iii) Valor a receber do FGIE relativo à administração do Fundo do mês de encerramento dos respectivos períodos.

7. Tributos a Recuperar/Compensar

O Quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições a compensar/recuperar, incluindo os tributos retidos da ABGF por ocasião dos serviços prestados:

		30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
CSRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais				
(Lei 9430, de 1996, art. 64) IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais	(i)	27.772	13.826	100,9%
(Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	133.303	66.371	100,8%
Saldo Negativo de CSLL	(ii)	72.034	70.278	2,5%
Saldo Negativo de IRPJ	(ii)	5.068.177	8.553.370	-40,7%
IRPJ e CSLL pagos por estimativa	(iii)	3.086.756	-	100,0%
Outros tributos e contribuições a recuperar	` <i>'</i>	101.366	50.508	100,7%
Total dos Tributos a Recuperar	=	8.489.408	8.754.353	-3,0%
Ativo Fiscal Corrente		8.489.408	8.754.353	

- O saldo das rubricas IRRF/CSRF refere-se às retenções efetuadas no pagamento das notas fiscais emitidas "faturamento" auferidos pela ABGF. Essas retenções representam antecipações do pagamento do tributo a serem compensadas em apurações efetivas da própria ABGF;
- (ii) Os saldos negativos de IRPJ e CSLL referem-se a exercícios anteriores. O art. 161-A da instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, estabelece que os saldos negativos de IRPJ e de CSLL somente poderão ser restituídos ou compensados após a confirmação da transmissão da ECF pela RFB, que ocorre em 31 de julho do ano subsequente. A redução do IRPJ foi decorrente das compensações efetuadas sobre o saldo negativo originado no exercício de 2019;
- (iii) O valor refere-se ao pagamento mensal do IRPJ e CSLL por estimativa, com base em balancetes de redução, os quais serão compensados ao final do exercício na apuração do lucro real.

8. Outros créditos e Outros Valores e Bens

(a) Outros créditos

		30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Adiantamento a Funcionários/Dirigentes Créditos a Receber de Fornecedores	(i)	252.157 1.318	- -	100,0% 100,0%
		253.475		100,0%

(i) Refere-se ao adiantamento do décimo terceiro salário ocorrido no mês de maio/2021, cujo valor será baixado na ocasião do pagamento da segunda parcela em dezembro/2021.



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(b) Outros Valores e Bens

	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Estoque de Material de Expediente	31.622	34.853	-9,3%
	31.622	34.853	-9,3%

Visando atender ao princípio da economicidade, a ABGF adquire material de expediente e escritório para utilização em mais de 01 exercício. Utiliza-se o custo médio para avaliação do estoque.

9. Despesas Antecipadas

	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Outros Custos e Despesas Pagos Antecipadamente IPTU Pago Antecipadamente	252.331 15.339	99.746	153,0% 100,0%
	267.670	99.746	168,4%

A variação apresentada refere-se, principalmente, ao seguro de responsabilidade civil contratado pela ABGF com saldo de R\$ 252 mil, em setembro/2021, e outras despesas pagas antecipadamente de R\$ 15 mil, que serão apropriados mensalmente durante a vigência dos contratos.

10. Investimentos em Fundos Garantidores

As cotas dos fundos garantidores são avaliadas pelo seu valor patrimonial, que é o valor justo. Os quadros a seguir demonstram a movimentação dos investimentos em fundos garantidores ocorridas no acumulado até o 3º trimestre de 2021.

(a) Informação dos investimentos da ABGF e respectiva participação

Investimento	Informaçã Patrimônio Líquido		timentos (i) PL Ajustado	Participação (%) da ABGF em Cotas	Saldo do Investimento
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	753.439.261	16.397.558	769.836.819	0,010047%	77.346
					77.346

(i) Informações do Patrimônio Líquido total do mês de setembro/2021.



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(b) Quantidade de cotas dos fundos garantidores e participação da ABGF

	Qtde. total de cotas dos fundos	Participação (%) da ABGF em Cotas	Qtde. de cotas da ABGF	valor unitário da cota	Participação (R\$) da ABGF
FGIE	101.917	0,0100471%	10,218740	7.569,03503	77.346
Total de investimento em co	77.346				

(c) Movimentação da participação.

Investimento	2020	Aportes em 2021	Valorização/ Desvalorização	2021
FGIE	75.698	-	1.648	77.346
	75.698	-	1.648	77.346

(d) Composição do Ajuste a Valor Justo das Cotas em Fundos Garantidores

Investimento	Ajustes Acum. 2021	Tributos - IRPF e CSLL (34%)	Ajustes Líquidos dos Tributos
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	26.138	8.887	17.251
	26.138	8.887	17.251

11. Ativos Imobilizado e Intangível

11.1. Ativo Imobilizado

(a) Composição do Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30/09/2021	31/12/2020
Mobiliário em Geral Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório Equipamentos de Informática e Software Benfeitorias em Imóveis de Terceiros Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20% 10% a 20% 20% a 40% 10% a 20% 10% a 20%	356.272 179.722 1.788.232 1.171.960 47.480	(160.485) (159.085) (1.470.813) (695.063) (31.628)	195.787 20.637 317.419 476.897 15.852	221.737 29.628 481.018 652.695 18.480
		3.543.666	(2.517.074)	1.026.592	1.403.558

(b) Movimentação do Custo

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2021
Mobiliário em Geral	356.272	_		_	356.272
Mágs, Instalações e Utensílios de Escritório	179.722	_	_	_	179.722
Equipamentos de Informática e Software	1.784.477	3.755	_	-	1.788.232
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	47.480	-	-	-	47.480
	3.539.911	3.755			3.543.666



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2021
Mobiliário em Geral	134.535	25.950	_	-	160.485
Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório	150.094	8.991	-	-	159.085
Equipamentos de Informática e Software	1.301.651	167.356	_	-	1.469.007
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	519.265	175.798	_	-	695.063
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	29.001	2.627	-	-	31.628
	2.134.546	380.722			2.515.268

11.2. Ativo Intangível

(a) Composição do Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	30/09/2021	31/12/2020
Software	20%	341.200	(269.250)	71.950	96.288
		341.200	(269.250)	71.950	96.288

(b) Movimentação do custo

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2021
Software	341.200	-	-	-	341.200
	341.200				341.200

(c) Movimentação da amortização Acumulada

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2021
Software	244.912	24.338			269.250
	244.912	24.338			269.250

No Ativo Intangível estão apropriados os softwares, classificados de acordo com a NBC TG 04 (R3), do Conselho Federal de Contabilidade.

12. Obrigações a Pagar

		30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Telefone, Energia e Internet		12.702	16.891	-24,8%
Aluguéis e Condomínios		49.069	38.888	26,2%
Salários a Pagar	(i)	38.684	39.732	-2,6%
Serviços terceirizados		18.765	19.098	-1,7%
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	(ii)	-	5.183.905	-100,0%
Outros Fornecedores	(iii)	107.121	1.335	7924,1%
	;	226.341	5.299.849	-95,7%

⁽i) Refere-se a remuneração de um diretor cedido à ABGF pelo Ministério da Economia;



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (ii) Em abril/2021, a ABGF distribuiu à União os juros sobre capital próprio (JCP) imputados aos dividendos obrigatórios e dividendos adicionais do exercício de 2020. A Companhia não faz apuração periódica da remuneração ao acionista;
- (iii) Referente a renovação do seguro de responsabilidade civil contratado pela ABGF.

13. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Previdência Social de Funcionários FGTS a Recolher IRRF sobre a Folha a Recolher IRPJ a Recolher Contribuição Social a Recolher	142.938 46.183 112.346 332.772 131.327	154.192 61.350 203.540	-7,3% -24,7% -44,8% 100,0% 100,0%
Impostos Retidos de Fornecedores	27.584 793.150	430.571	140,1% 84,2%

14. Encargos Trabalhistas

	30 de setembro	31 de dezembro	Variação
	de 2021	de 2020	%
Provisão para Férias	716.914	793.657	-9,7%
Provisão para 13º Salário	359.245	-	100,0%
Encargos Sociais sobre Provisões	333.412	265.647	25,5%
Encargos trabalhistas	1.409.571	1.059.304	33,1%

15. Impostos e Contribuições

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Companhia, das retenções tributárias incidentes sobre salários/honorários pagos e contratações realizadas pela ABGF e, ainda, os tributos sobre o lucro do período.

		30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Provisão Imposto de Renda	(i)	1.870.367	-	100,0%
Provisão Contribuição Social	(i)	700.580	-	100,0%
Cofins a Recolher		158.307	89.756	76,4%
Pis a Recolher		31.576	18.474	70,9%
Outros Impostos e Taxas	(ii)	3.394	9.344	-63,7%
Impostos e Contribuições - Curto Prazo		2.764.224	117.574	2251,1%
	•			
Provisão Imposto de Renda Diferida	(iii)	6.535	6.122	6,7%
Provisão Contribuição Social Diferida	(iii)	2.352	2.204	6,7%
•	` '			
Impostos e Contribuições - Longo Prazo		8.887	8.326	6,7%
	:			
Total de Tributos		2.773.111	125.900	2102,6%



Valores expressos em Reais, exceto guando indicado

- (i) A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do 3º semestre de 2021 foi calculada com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva anual esperada para o exercício social completo, conforme NBC TG 21 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade. Para o período reportado, a alíquota média efetiva utilizada foi de 28,06%.
- (ii) Refere-se ao ISS de setembro/2021 sobre faturamento por serviços prestados ao FGIE;
- (iii) As Obrigações Tributárias de Longo Prazo referem-se ao efeito tributário dos rendimentos auferidos sobre as cotas de fundos garantidores registradas em Outros Resultados Abrangentes, que somente serão exigidas quando do resgate dessas cotas.

Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL			9.160.998
	IRPJ	CSLL	TOTAL
Alíquotas efetivas estimadas	20,42%	7,65%	28,06%
Tributos sobre o lucro	1.870.367	700.580	2.570.947

16. Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia:

	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Capital Subscrito Reserva Legal	237.370.917 4.943.757	237.370.917 4.943.757	-
Reserva Estatutária Lucro do Período Intermediário Outros Resultados Abrangentes	58.966.871 6.590.051 17.251	58.966.871 - 16.163	100,0% 6,7%
	307.888.847	301.297.708	2,2%

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 237.370.917 (duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e setenta mil e novecentos e dezessete reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, e é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 4.747,42/por ação.

(b) Resultado até o 3º trimestre de 2021

O resultado acumulado até o 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 9.160.998, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social, e de R\$ 5.906.617, no acumulado até o 3º trimestre de 2020, apresentando um acréscimo de 55,1%. A receita operacional líquida com prestação de serviços aumentou em 16,4% e o resultado financeiro líquido apresentou acréscimo de 9,9%, se comparados com o mesmo período de 2020.

A ABGF registrou lucro líquido de R\$ 6.590.052 no acumulado até o 3° trimestre de 2021 e R\$ 4.211.182 no mesmo período de 2020, apresentando aumento de 56,5% em relação ao período anterior. O lucro por ação foi de R\$ 131,80 e (R\$ 84,22 no acumulado até o 3° trimestre de 2020) respectivamente.



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A seguir a composição dos resultados do período de 03 (três) e 09 (nove) meses, findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	Acumu	lado até	Trimestre findo em		
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	
Serviços Prestados	15.487.161	13.299.660	5.289.773	4.681.494	
(-) Tributos sobre o Faturamento	(2.206.920)	(1.892.886)	(753.793)	(664.797)	
Receita Líquida de Serviços	13.280.241	11.406.774	4.535.980	4.016.697	
Resultado Financeiro Líquido	7.197.612	6.548.418	3.543.173	1.444.308	
RECEITAS TOTAIS	20.477.853	17.955.192	8.079.153	5.461.005	
(-) Despesas Operacionais	(11.316.855)	(12.048.575)	(3.729.580)	(3.822.030)	
RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)	9.160.998	5.906.617	4.349.573	1.638.975	
IRPJ e CSLL	(2.570.946)	(1.695.435)	(1.220.666)	(470.451)	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	6.590.052	4.211.182	3.128.907	1.168.524	

(c) Outros Resultados abrangentes

A ABGF registra os investimentos em cotas de fundos garantidores em Ativo Não Circulante avaliados a valor justo com reflexo em Outros Resultados Abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

A composição de Outros Resultados Abrangentes do Patrimônio Líquido, posição em 30/09/2021 e 31/12/2020, e as respectivas variações são as que seguem:

	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	17.251	16.163	6,7%
	17.251	16.163	6,7%

(d) Resultado Abrangente do período

A composição de Outros Resultados Abrangentes do período de 03 (três) e 09 (nove) meses, findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Acumul 30/09/2021	lado até 30/09/2020	Trimestre 30/09/2021	findo em 30/09/2020
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	1.088	1.959	552	575
	1.088	1.959	552	575

17. Receita de Serviços e de Operações de Emissão Direta de Garantias

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A seguir quadro demonstrativo das receitas da Companhia e respectivas deduções:

	Acumula	do até	Trimestre findo em		
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	
Receita operacional Bruta	15.487.161	13.299.660	5.289.773	4.681.494	
SE-CAMEX/ME (FGE)	10.026.345	7.650.579	3.416.112	3.022.535	
FGIE	1.438.195	1.712.866	374.451	548.354	
FESR	4.022.621	3.936.215	1.499.210	1.110.605	
(-) Deduções da Receita	(2.206.920)	(1.892.886)	(753.793)	(664.797)	
COFINS	(1.177.024)	(1.008.253)	(402.023)	(353.273)	
Pis/Pasep	(255.538)	(218.899)	(87.281)	(76.699)	
ISS	(774.358)	(665.734)	(264.489)	(234.825)	
Receita operacional líquida	13.280.241	11.406.774	4.535.980	4.016.697	

18. Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), para o FGIE e para o FESR.

	Acumu	lado até	Trimestre findo em		
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	
Custos com Pessoal Custos Administrativos	7.223.240 1.298.696	8.044.094 1.671.579	2.429.885 632.490	2.616.077 335.057	
Gastos alocados aos serviços prestados (i)	8.521.936	9.715.673	3.062.375	2.951.134	

⁽i) A redução dos custos alocados reflete a redução das despesas de pessoal e administrativas constantes das Notas 20 e 21.

19. Despesas Administrativas por Natureza

No acumulado até o 3º trimestre de 2021 houve redução de 3,2% nas despesas administrativas do acumulado, conforme quadro abaixo, que inclui as despesas e os custos dos serviços prestados.

		Acumul	ado até	Trimestre	findo em	Variação % Acum.	Variação % 3º trim
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	2021/2020	2021/2020
Viagens e Representações	(i)	-	15.036		-	-100,0%	-
Serviços de Terceiros	(ii)	301.018	361.390	67.681	144.014	-16,7%	-53,0%
Ocupação	(iii)	583.902	585.766	202.872	178.124	-0,3%	13,9%
Créditos tributário PIS/Pasep e (iv) COFINS Depreciação/amortização Despesas Gerais (v)		(81.603) 405.059 725.332	(89.658) 477.711 648.300	(27.887) 134.126 206.217	(28.146) 152.331 212.541	-9,0% -15,2% 11,9%	-0,9% -12,0% -3,0%
Total das despesas administrativas		1.933.708	1.998.545	583.009	658.864	-3,2%	-11,5%
Gastos apropriados ao CUSTO dos serviços prestados (nota 18) Despesas Administrativas		1.298.696 635.012	1.671.579 326.966	632.490 (49.481)	335.057 323.807	-22,3% 94,2%	88,8% -115,3%



Valores expressos em Reais, exceto guando indicado

- A rubrica "Viagens e Representações" registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF para viagens em serviço e, ainda, a conselheiros quando relacionados a viagens de interesse da Companhia;
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos e prestação de serviços;
- (iii) As despesas com Ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínio e serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003.
- (v) Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras.

20. Despesas com Pessoal por Natureza

No acumulado até o 3º trimestre de 2021, os gastos totais com pessoal apresentaram redução de 5,7% se comparados com o mesmo período do exercício anterior. Os gastos com empregados reduziram em 1,1% e os gastos com cargos estatutários, Diretores e Conselheiros reduziram 21,4% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

A redução das despesas com funcionários decorre, principalmente, da redução do quadro funcional de um auditor interno no final de 2020, compensado com reajuste salarial decorrente do acordo coletivo de trabalho de 2021.

A redução nas despesas de diretores e conselheiros verificada no acumulado até o 3º trimestre de 2021, quando comparado com o mesmo período de 2020, decorre, principalmente, do pagamento da quarentena ocorrida em 2020 e alterações na composição dos órgãos estatutários.

	Acumulados até		Trimestre	findo em	Variação %	Variação %
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	Acum. 2021/2020	3º trim 2021/2020
Empregades						
Empregados: Salários, Encargos e Benefícios	7.284.661	7.369.129	2.395.611	2.397.891	-1,1%	-0,1%
Salários e Ordenados	4.154.590	4.220.611	1.389.858	1.386.199	-1,6%	0,3%
Encargos Sociais	1.346.240	1.410.483	438.754	463.586	-4,6%	-5,4%
Provisões Trabalhista e Previdenciária	1.170.537	1.180.533	369.974	376.949	-0,8%	-1,9%
Benefícios Empregados	606.374	553.982	195.885	170.837	9,5%	14,7%
Saúde e Segurança do Trabalho	6.920	3.520	1.140	320	96,6%	256,3%
Diretoria e Conselhos:						
Honorários, Encargos e Benefícios	1.693.854	2.155.793	549.926	623.743	-21,4%	-11,8%
Honorários do Conselho de Administração	169.330	238.252	48.733	79.417	-28,9%	-38,6%
Honorários do Conselho Fiscal	120.107	119.126	39.872	39.709	0.8%	0,4%
Honorários do Comitê de Auditoria	243.308	226.297	79.744	79.418	7,5%	0,4%
Honorários da Diretoria Executiva	732.110	1.075.338	244.586	264.809	-31,9%	-7,6%
Encargos Sociais Sobre Honorários	279.579	332.702	87.411	106.610	-16,0%	-18,0%
Provisão Trabalhista e Previdenciária	82.459	84.190	27.486	27.486	-2,1%	0,0%
Benefícios Diretor	66.961	79.888	22.094	26.294	-16,2%	-16,0%
Total dos gastos com pessoal	8.978.515	9.524.922	2.945.537	3.021.634	-5,7%	-2,5%
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados (NE 18)	7.223.240	8.044.094	2.429.885	2.616.077	-10,2%	-7,1%
, , , ,						
Despesas com pessoal	1.755.275	1.480.828	515.652	405.557	18,5%	27,1%

A ABGF reembolsa às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea "e":

Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 23,4 mil e R\$ 10,4 mil; Maior e menor remuneração de dirigentes: R\$ 45,8 mil e R\$ 43,6 mil; Salário médio dos empregados e dirigentes: R\$ 15,8 mil e R\$ 44,7 mil.

Nas remunerações informadas estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos. Com relação à remuneração de dirigentes estão consideradas as remunerações aprovadas pela Assembleia Geral.

21. Partes relacionadas

(a) Controlador

O controlador da ABGF é a União, que detém a totalidade do capital social da Companhia.

(b) Operações com administradores

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A ABGF reembolsa aos órgãos cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos cedidos.

A remuneração dos Diretores vem sendo composta por parcela fixa, benefícios e obrigações.

O teto remuneratório dos membros dos conselhos de Administração e Fiscal é limitado a 10% da remuneração mensal média dos diretores.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é de 20% do valor remuneração média mensal dos diretores.

A aprovação dos valores pagos aos administradores e conselheiros no período de abril/2020 a março/2021 constam da Nota Técnica DIAFI/GAFIN nº 031/2020/O, de 17/02/2020, e dos valores a serem pagos de abril/2021 a março/2022, da Nota Técnica DIAFI/GEAFI nº 040/2021/O, de 09/03/2021.

(c) Reembolso de diretores cedidos

A ABGF possui uma Diretora cedida pela Secretaria do Tesouro Nacional do Governo Federal.



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

O valor reembolsado aos órgãos cedentes, já incluídos na remuneração dos administradores constantes da Nota 20, foi de R\$ 350.950 no acumulado até o 3° trimestre de 2021 e R\$ 351.919 no acumulado até o 3° trimestre de 2020.

(d) Transações com partes relacionadas

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam das Notas 6 e 17.

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 5.

22. Despesas Tributárias

		Acumul	ado até	Trimestre findo em	
	_	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
CIDE Impostos e Taxas diversas	(i) (ii)	11.957 30.182	14.033 38.088	6.835 14.071	14.033 2.003
IPTU e Taxas de Incêndio	(iii)	25.565	29.768	15.339	14.884
PIS/Pasep e COFINS	(iv)	336.927	311.868	164.789	67.210
Taxa de Fiscalização Susep	(v)	_	131.351		43.402
Total	=	404.631	525.108	201.034	141.532

- (i) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000:
- (ii) Refere-se a tributos incidentes sobre operações financeiras em remessas ao exterior de recursos para pagamento de servicos adquiridos, além de outras taxas diversas;
- (iii) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel Unidade da ABGF em Brasília. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (iv) PIS/Pasep e COFINS sobre receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, foram reestabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015;
- (v) Taxa de Fiscalização SUSEP, paga trimestralmente, por antecipação até o 10° dia do primeiro mês do trimestre e apropriada mensalmente por competência.

23. Resultado Financeiro Líquido

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 5.

As Despesas Financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF, inclusive atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos em abril/2021.



Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

O Resultado Financeiro líquido da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

		Acumulado até		Trimestre findo em	
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Rendimentos de aplicações financeiras Juros/Multas ativos Receitas Financeiras de Seguros	(i)	7.058.072 187.670	6.454.050 200.253 36.862	3.467.027 76.815	1.401.811 43.570,00
Despesas financeiras		7.245.742	6.691.165 (142.747)	(669)	1.445.381
Resultado Financeiro líquido		7.197.611	6.548.418	3.543.173	1.444.308

⁽i) O saldo de Juros Ativos representa o acréscimo dos tributos compensados no período, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulados mensalmente, e de juros de 1% (um por cento) no mês da compensação, conforme previsão do art. 142 da IN RFB nº 1717, de 2017.

24. Compromissos, Responsabilidades e Contingências

Os passivos contingentes são provisionados quando a obrigação presente tenha sido classificada com a existência provável de saída de recursos para sua liquidação.

Em 30 de setembro de 2021, existiam ações judiciais/administrativas em curso promovidas contra a Companhia, que têm por objeto comum pedido de indenização com fulcro no Seguro DPEM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, amparadas pela Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.

Dentre as ações contra a Companhia estão classificadas como possível o montante de R\$ 84.930, classificadas como remota o montante de R\$ 78, e classificadas como provável e provisionado o valor de R\$ 289.088, totalizando R\$ 452.017 em ações e processos administrativos em curso.

25. Eventos Subsequentes

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis não foram identificados eventos relevantes que viessem alterar significativamente a posição financeira e econômica da Companhia.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2021.

Octávio Luiz Bromatti Presidente Helena Mulim Venceslau Diretora de Garantias

Luiz Carlos e Silva Contador